

 **podcast**

Favelize-se **as Políticas Públicas**

REALIZAÇÃO



favelize-se
jornalismo & cidadania

APRESENTAÇÃO

POD Favelize-se as Políticas Públicas

Um podcast que vai pensar as saídas e soluções para o mundo a partir da voz de quem brota do chão das favelas e periferias brasileiras.

Nesta série do nosso podcast tivemos o objetivo de refletir sobre as realidades enfrentadas cotidianamente nos territórios de periferias e favelas, e apontar caminhos para criação de políticas públicas de superação de desigualdades e propulsoras de futuros sadios. Para isso contamos com um time de entrevistados e entrevistadas que são oriundos e/ou moradores de periferias e favelas, que se movimentam em luta por direitos humanos nesses territórios.

RECOMENDAÇÕES

O acirramento da democracia faz com que defensores dos direitos humanos sofram perseguições. São diversas as violências, tanto físicas quanto psicológicas, a falta de estrutura e financiamento para segurança pessoal e coletiva, a falta de estrutura e financiamento para lutar contra as ondas de fake news que tendem a se acirrar no período eleitoral e a pouca produção de conteúdo estratégico nas redes sociais. Todas essas ações tendem de alguma maneira a conseguir o silenciamento das suas vozes e ações de organizações e personalidades que lutam pelos direitos humanos no Brasil. Favelize-se tem por missão conseguir frear essa onda de ataques aos Direitos Humanos e construir um futuro do bem viver para todas, todos e todes.

Diante desse contexto, a nossa proposta é promovermos um espaço de debate onde os moradores destes espaços possam reivindicar, do lugar social de ser favelado, para produzir relatórios e pensar a respeito de políticas públicas que impactem as suas realidades diárias. A narrativa favelada na construção de políticas públicas é fundamental para o avanço socioeconômico do Brasil.

Ao longo dos capítulos destacamos as propostas elaboradas ao longo das entrevistas do podcast Favelize-se as políticas públicas.

APRESENTAÇÃO

1. Igreja Evangélica, Negritude e Favelas
com Wesley Teixeira

2. Racismo Ambiental
com Marcele Oliveira

3. Promoção de Políticas Públicas em territórios de periferias e favelas, o caso de São Gonçalo, região metropolitana do Rio de Janeiro.
Jennifer Dias, Coletivo Ressuscita São Gonçalo

4. Feminismo, negritude e Políticas Públicas
com Vitória Laís

5. Racismo algorítmico, Negritude e Favelas
com Bruno Sousa

6. LGBTQUIA+ de Favelas
com Gilmara Cunha



1. IGREJA EVANGÉLICA, NEGRITUDE E FAVELAS COM WESLEY TEIXEIRAS



Wesley Teixeira é um jovem negro, cria do Morro do Sapo em Duque de Caxias, região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro. Filho de pastores, ele teve uma criação baseada na fé cristã alinhada a justiça social, o evangelho do qual Wesley é crente, nasce do entendimento de um Jesus negro, que nasceu na periferia de Nazaré e dedicou a sua vida a defender as pessoas que estavam à margem dos direitos sociais, como prostitutas e leprosos, além de demonstrar indignação com a comercialização do templo religioso. Por isso este jovem se organiza na Frente de Evangélicos pelo Estado de Direitos e traz o debate da negritude relacionado a fé cristã e a territorialidade em favelas e periferias brasileiras.

Questionado sobre como é ser filho de pastores, Wesley afirma:

“Ah, é um processo longo e difícil. Meus pais são pastores numa igreja muito pequenininha, numa comunidade do Morro do Sapo, uma favela. Então, eu não amo a igreja lucrativa, economicamente, grande. Pelo contrário, a vida do pastor é sempre muito humilde, muito simples. Principalmente, meu pai, que tem uma dedicação exclusiva à igreja, não consegue ter um retorno financeiro que consiga nem manter o pastor local. E aí é isso. Minha mãe foi a vida toda empregada doméstica, meu pai é garçom, minha mãe mais recentemente, depois de eu ter entrado na universidade, que esse foi o esforço deles a vida toda, trabalharam para que eu conseguisse. Minha mãe também entrou na universidade, então aos 40 e poucos anos, doméstica está fazendo pedagogia. A igreja nossa é muito voltada para as ações sociais então na igreja minha mãe coordena e sempre tocou um trabalho com crianças com o processo de alfabetização e complemento escolar. Então hoje ela deve atender em torno de 80 crianças ao longo de segunda a sexta durante as manhãs. Alguns dias à noite quando não são os dias de culto, faz karatê junto de crianças. Então é isso, é uma igreja voltada para o social. **Ser filho de pastor te coloca a responsabilidade de ser uma pessoa desde muito novo, pública, exposta, mas eu sempre fiquei muito feliz por esse chamado de poder atuar e trabalhar a partir da Igreja e do Evangelho, que salvou a minha vida, a minha família, e que pode ajudar tanto naquela região.**”

A entrevista seguiu na direção de refletir sobre a relação entre a igreja evangélica e a negritude de favela, entendendo que esta instituição é muito presente nesses territórios e exerce uma influência muito grande, desde o acolhimento religioso; que é amplo a todos da comunidade; independente da alcunha de “bandido” ou morador”; à distribuição de cestas básicas, roupas e utensílios domésticos. É inegável a importância do papel social realizado por essas organizações, por isso, pensar em políticas públicas a partir desse cenário é importante. Como promover autonomia a esses territórios? Como levar a presença do Estado através de políticas públicas? Como se conectar com esses territórios de maneira efetiva e empática, entendendo realmente as suas demandas?

“Isso é ótimo, porque aí a gente começa a fazer uma discussão sobre as soluções. Então, agora é o momento em que a gente faz. Sai do link igreja, evangelho e sociedade e vai para o link da política. Porque a política tem... **Claro que tudo que a gente faz é político.** Então, o nosso papel como sociedade civil, a igreja é parte dessa rede da sociedade civil. Mas **quando a gente vai falar de política pública, a gente está falando do Estado. E o Estado, nesse sentido, é separado da sociedade civil em algum grau. E ele precisa ser laico.** Então o Estado primeiro vai pensar políticas públicas não só para o segmento evangélico, mas para o conjunto da sociedade, necessariamente seja uma política para os evangélicos, mas uma política para o conjunto da sociedade. E nessa política para o conjunto da sociedade, a gente está falando de periferia, que eu acho que são aqueles que mais precisam. **E aí, falando de periferia, a primeira coisa que a gente tem que entender é que a política pública na periferia precisa ter intersecção, ela precisa ser interseccional.**”

E no campo das soluções através das políticas públicas, Wesley levantou as seguintes resoluções:

- Para a periferia, a política precisa ser interseccional.
- Programa de cuidado, como obras de infraestrutura, saneamento básico, habitação adequada,
- Programas de assistência que geram renda e distribuição de renda
- renda mínima universal.
- creches e escolas integrais, com acesso a serviços de merenda, saúde, esporte,
- Atenção psicossocial presente nesses territórios
- Atenção em Saúde da família presente no território para o cuidado em geral e na resolução de doenças como pressão alta, diabetes, que são doenças silenciosas e acometem a maioria da nossa população.
- Política de segurança pública que se utilize de inteligência e menos do confronto. Inteligência, por exemplo, para impedir a chegada de armas e munições nas favelas.
- Defesa da liberdade de culto a todas as religiões; contra a demonização das religiões de matrizes africanas.

Wesley lembra ainda da necessidade do combate às formas de opressões existentes em nossa sociedade

“Não, que isso, a igreja é estritamente uma questão social também. A fé e a questão religiosa, como a gente fala, estão ligadas com o mundo. Não existe uma fé que seja fora do mundo, pelo contrário. A igreja aqui na Terra tem uma missão dentro dessa sociedade. E **o chamado da igreja sempre teve uma visão missionária. a sociedade tem que estar imbricada, inclusive tanto para repudiar aquilo que a gente olhar e ver que não condiz com a proposta do evangelho, então toda forma de opressão e desigualdade, como**

para também reforçar o papel que nós estão aprisionados no cárcere, o papel de acolhimento para aqueles que estão enlutados, o papel de solidariedade, aqueles que estão passando necessidades, seja não ter o que comer, não ter o que vestir, não ter onde morar. A igreja e a sociedade estão, sem dúvida nenhuma, imbricados e têm que fazer muitos diálogos.”

Solicitamos ao Wesley o encerramento da conversa com uma bênção apostólica, tradição de encerramento de cultos nas Assembleias de Deus, organização que tem mais de 100 anos e é amplamente difundida no Brasil.

“Eu vou pegar das Assembleias de Deus que você citou, porque a nossa tradição tem 100 anos. Podia usar a bênção judaica, que também é uma tradição antiga, mas eu vou usar das Assembleias de Deus, Jesus Cristo, o amor de Deus e as doces consolações do Espírito Santo, né? Vou usar isso. **A graça do nosso Senhor.** Que graça é essa? A graça é aquele favor que nós não merecemos. **O amor de Deus**, esse amor que nos alcançou, nos alcançou quem nós somos, do nosso jeito, com as nossas limitações, por isso a sua graça. Por nos amou fraternalmente como os filhos, como os filhos que fomos amados. **A graça do nosso Senhor, Salvador Jesus Cristo, o amor de Deus e o consolo, o consolo do Espírito Santo**, esse que nos consola de todos os sofrimentos que nós passamos, o povo sofrido e que tem tanto para ser consolado, consolado de diversas formas de sofrimento que passou. a graça do nosso Senhor Jesus Cristo, amor de Deus, o consolo do Espírito Santo. **Estejam com todos aqueles que amam**, todos aqueles que amam também, que sabem que foram amados e amam, que sabem que são consolados e consolam, que sabem que foram alcançados e perdoados pela graça e perdoe. Estejam com todos aqueles que esperam a volta do Senhor, que esperam esse reino tão aguardado, que sabem que a morte não é o fim, não determinam o nosso fim, que sabem que um império não determina o nosso fim, que sabem que uma autoridade, que sabem que uma escravidão não determina o nosso fim, mas esperam a volta do Senhor até que Ele venha. Que essa comunidade universal que se encontra em torno desses princípios, aguarde a volta do Senhor até que Ele venha, diga que assim seja, que assim seja, Amém.”

2. RACISMO AMBIENTAL COM MARCELE OLIVEIRA



Marcele Oliveira é ativista climática, comunicadora, cria do bairro de Realengo, e graduanda em Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense, a UFF. Começou a pesquisar sobre mudanças climáticas através do coletivo Agenda Realengo 2030, que faz a defesa do Parque Realengo Verde, da justiça climática e pelo fim do racismo ambiental. Realengo é um famoso bairro da zona oeste do Rio de Janeiro, e o parque realengo verde, que fica na região central do bairro, inicialmente era uma fábrica de cartuchos, que ao final das atividades ficou abandonado e já se passaram mais de 50 anos. A Agenda Realengo 2030 junto com a Casa Fluminense realizaram a ocupação cultural na calçada desse terreno, o que ficou conhecido como Ocupação Parquinho Verde, que tem como mote o entendimento de que um parque verde no centro de Realengo é possível.

Ao ser questionada sobre a definição de racismo ambiental e como isso pode explicar as desigualdades sociais existentes no Brasil, Marcelle diz:

“Racismo ambiental é a injustiça ambiental no contexto racializado, porque o que isso quer dizer? Isso quer dizer que quando falta água lá na Baixada Fluminense, quando falta água lá no Acre, quando falta água no Sul Global, isso não vira um grande problema, isso não vira uma pauta no jornal, isso não vira uma super demanda de resolução dessa problemática super complexa que é a falta de água, falta de saneamento básico. Mas se falta água no Leblon, se falta água nos Estados Unidos, se falta água lá nas pessoas, das autoridades, nas pessoas com dinheiro, rapidamente se tem uma solução. Esse é um exemplo muito básico de como a gente sabe sim a importância do meio ambiente para o nosso dia a dia, para a nossa vida. E a gente, na verdade, é condicionado a lidar com a precariedade, a lidar com condições insalubres, inclusive com condições muito cruéis. tem pessoas que moram em lixão, a gente tem lugares que não tem saneamento básico, que até hoje a gente está em 2023, a gente está tendo chuvas, enchentes, alagamentos que levam cidades inteiras no norte do país, e isso não sai no jornal, isso não vira a porta do fantástico. Por que isso acontece desse jeito? A gente entende que o racismo ambiental, que foi um conceito que veio lá dos Estados Unidos, deu uma situação muito parecida, que era justamente o despejo de materiais desprivilegiada e esses materiais tóxicos estavam contaminando o solo e gerando doenças isso acontece muito aqui no Brasil inclusive e as pessoas olharam e falaram cara a gente não quer mais que esses materiais tóxicos sejam despejados aqui ah mas não tem outro lugar para despejar ué mas antes de ser despejado aqui era despejado onde? o que vocês faziam com isso? por que que veio pra cá? por que que aqui pode? Ao longo da história, esse caso específico, que foi cunhado com esse conceito de racismo ambiental, foi sendo entendido como algo na verdade que é constantemente reproduzido

quando a gente fala de norte global e sul global, quando a gente fala de Brasil e fala de norte nordeste e de sudeste sul. E a gente vai observando que tem diversas camadas dessa perspectiva que passam pelo social, passam pelo gênero. E quem paga, né, o pato, quem sofre as consequências na pele, quem perde casa, quem fica com doenças, quem tem os seus desejos e seus sonhos privados, são as pessoas nas periferias, essas pessoas, num geral, são pessoas pretas, então a gente vai estar falando de mulheres, vai estar falando de crianças, vai estar falando de idosos que têm a sua qualidade de vida desrespeitada, por conta do racismo ambiental. de fazer com que viver com o meu ambiente sendo cuidado é um privilégio. Viver com o meu ambiente, com a árvore, com a área de lazer pública, com, enfim, com todos os direitos básicos, sejam eles de saneamento, de ir e vir, de mobilidade e respeitados, virou um privilégio. E não pode ser, porque é direito. Então, racismo ambiental atravessa um pouco tudo isso."

Diante de tantas violações de direitos humanos, como garantir qualidade de vida para as populações de favelas e periferias brasileiras?

Essa resposta requer muitas intersecções, mas em nossa entrevista, Marcelle destaca que os direitos à água bem tratada, a respirar um ar puro, a boa alimentação, a possibilidade de realizar exercícios, andar a pé e de bicicleta pela cidade são fundamentais.

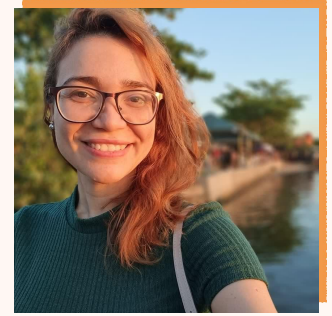
Abaixo listamos algumas das propostas de políticas públicas mencionadas por Marcele ao longo da entrevista:

- Demarcação de terras indígenas
- Respeito aos povos originários, respeito à língua, aos costumes, às necessidades.
- Participação social nas construções de políticas públicas
- Disseminação de informação e de legislação para canais de denúncia, que sejam acessíveis
- Plano de habitação
- Plano de adaptação climática
- Plano de mitigação
- Financiamento para projetos de Justiça Climática
- Direito à água, moradia e alimentação dignas
- Formulação de dados produzidos a partir de crianças, mulheres, idosos, quilombolas e povos originários.

"A gente precisa usar as traduzir os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU, mas o que é isso? Como que a gente traduz sem dizer que não é importante, porque é? Sem desmerecer os acordos globais, os espaços internacionais de decisão, porque isso tudo é muito importante e a gente quer estar lá também. Mas o que a gente precisa hoje para promover a justiça climática é dar voz para as comunidades indígenas, dar voz para as grandes ONGs e associações que estão trabalhando, fazendo suporte para as crianças, fazendo suporte contra

enchentes, a gente tem diversas sabedoria desde as ancestrais até as mais tecnológicas e recentes que lidam com problemas que não deveriam existir, mas que uma vez que existem precisam ser reconhecidos, fingir que está tudo bem e fingir que vai ficar todo mundo de boa não faz mais, não nos cabe mais, porque não está nada de boa."

3. PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM TERRITÓRIOS DE PERIFERIAS E FAVELAS, O CASO DE SÃO GONÇALO, REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO.



JENNIFER DIAS, COLETIVO RESSUSCITA SÃO GONÇALO

Jennyfer Dias é cria do Colubandê, importante bairro gonçalense e coordenadora do Ressuscita São Gonçalo, um coletivo que tece redes e pesquisas sobre políticas públicas para o município de São Gonçalo, localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro. Esse grupo de ativistas e pesquisadores locais têm um enorme desafio que é propor participação social nas políticas públicas, além de construir conjuntamente propostas que representem as necessidades de mais de 1 milhão de habitantes. O coletivo produziu a Agenda São Gonçalo 2030, um documento dividido em eixos temáticos e propostas de políticas públicas que reflitam as demandas da cidade. Fortalecer e construir uma identidade gonçalense é um dos grandes objetivos do Ressuscita SG e da Agenda SG 2030.

Questionada sobre os desafios de fazer mais de 1 milhão de habitantes serem representados pelas políticas públicas, Jennyfer reflete:

"Ter esse olhar para a periferia de fato até, vamos dizer, **São Gonçalo é considerado uma periferia da metrópole, mas dentro de São Gonçalo existem periferias até da cidade**, vamos dizer assim. Então eu acho que pensar políticas públicas que abarquem de fato as periferias da nossa cidade é um desafio, né? E aí eu vejo também, maturidade, vindo não só do nosso grupo, mas de outros grupos, desse entendimento que quando a gente quer escutar a galera da periferia, a gente tem que ir lá e escutar eles de fato, porque Itaóca é assim, eu falando aqui do Colubandê, eu sou de outro bairro."

Ao longo da entrevista Jennyfer também refletiu sobre propostas de políticas públicas interseccionais para as periferias e favelas, principalmente pensando na realidade de São Gonçalo:

- Processo de escuta territorial como parte fundamental na construção de políticas públicas representativas
- Diversidade de vozes em todos os espaços
- Fortalecer a identidade dos habitantes enquanto gonçalenses
- Conselho de Segurança Alimentar em São Gonçalo
- Maior abertura e acolhimento por parte do poder público aos grupos e coletivos que se mobilizam na formulação de políticas públicas.
- Escuta ativa e ação por parte do poder público às propostas e trabalhos apresentados por grupos e coletivos que se mobilizam na formulação de políticas públicas.

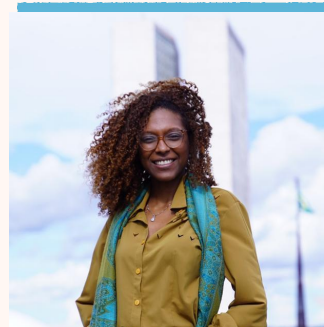
Um dos pontos importantes de serem destacados na Agenda 2030 é que 68, 21% do esgoto de São Gonçalo é despejado na Baía de Guanabara ou em

fossas sépticas e de 6 em cada 10 moradores da cidade não têm acesso a tratamento de esgoto.

Saneamento básico para São Gonçalo, já!

"A gente tem muito processo de conscientização, né? Que todo mundo tem que participar. Então, o poder público deve escutar de fato e implementar isso nas políticas públicas. É **uma questão que é muito complexa porque às vezes parece que a gente é como se fosse um concorrente do poder público e não alguém que vai colaborar.** A gente só quer basicamente colaborar no lugar de cidadão que quer melhoria para todo mundo e não só para um bairro específico do município. Então... Eu acho que esse processo de troca com o governo, com os fazedores de política, é muito complicado, apesar de **quem deveria fazer a política de fato era a população.**"

4. FEMINISMO, NEGRITUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS COM VITÓRIA LAÍS



Victória Laís é cria de São Gonçalo, geógrafa, e chefe de gabinete do vereador Romário Régis do PCdoB São Gonçalo. A sua entrevista para o nosso podcast foi recheada de afetividade e efetividade, bem aos moldes da ancestralidade negra. Muitos pontos em comum entre a entrevistada e a entrevistadora foram sendo levantados, à medida em que o diálogo ia se aprofundando. E isso mostra o quanto a realidade de mulheres negras são parecidas no Brasil, mesmo sendo diversas, há um elemento em nosso país que atravessa as existências dessas mulheres e faz com que suas histórias de vida, na maioria das vezes, sejam similares. Nesse bate papo, as reflexões partiram da urgência de construir um futuro onde meninas negras possam se tornar mulheres negras com possibilidades de ser e existir da forma como elas desejarem, tendo as suas dignidades de vida garantidas.

“Queria dizer com toda certeza que pra sua filha a gente vai ter conseguido organizar toda essa estrutura de reparação pra que ela tenha equidade pra poder competir com outras pessoas que partem de outra estrutura, principalmente pessoas brancas, né?”

Acredito que agora, no momento que estamos vivendo, muitas mulheres anteriores a nós, acho que só as nossas mães, quando a gente fala, do quanto elas abdicaram para poder criar a gente hoje, conseguir fazer isso, eu acho que já é importante, já é simbólico demais, mas acho que a tendência agora é que a gente realmente consiga fazer uma grande mudança social. Mas o que me ainda angustia é saber que não vai ser agora, nessa próxima. Ainda tem muito a virar, escutei uma citação, não lembro de quem, que falou infelizmente, né, que fala o Brasil é onde o racismo deu certo.”

Como tem sido o avanço socioeconômico de mulheres negras? Com a política de cotas nas universidades, vimos uma ampliação do número de jovens negras sendo a primeira de suas famílias a entrar na universidade. Isso cria um impacto, mas como tem sido a absorção dessas profissionais pelo mercado de trabalho? Esta situação também traz um dado que é o isolamento que estas mulheres negras sofrem nesses espaços de poder, que foram historicamente negados às pessoas negras e que funcionam para que estes indivíduos não permaneçam nesses lugares. Basta observarmos as poucas políticas de permanência que reflita as necessidades dessa população.

“Me dói ocupar espaços e eu saber que eu sou a única pessoa preta. Ontem eu entrei na FFP, aqui em São Gonçalo, na UERJ, formação de professores, minha primeira universidade, mas porque sou um semestre, período de greve, e eu vi diversas pessoas, corpos diversos. corpos diversos, cabelos coloridos, pessoas brancas, pessoas pretas, cabelos lindos, ondulado e

e tudo que é tia de cabelo. Eu falei, meu Deus, que delícia de... Eu queria tanto que faculdade fosse isso. É tipo, porque é uma faculdade dentro de São Gonçalo, não vem tantas pessoas de fora. Infelizmente a faculdade é formação de professores. A gente com muito dinheiro não tá querendo formar e ser professor, entre outros, entrar na área da licenciatura. Então você vê diversidade, mas aí agora você pega curso de engenharia, medicina, e entra o do ponto de pessoas brancas, enquanto que a gente entra naqueles espaços, a gente parece falar, cara, esse espaço não é meu. E sim, esse espaço é nosso. Mas como convence a cabeça? E depois de tantos anos dizendo que não, não, não, não é para você.

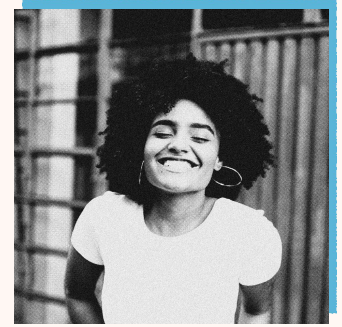
Segue algumas propostas levantadas ao longo da reflexão sobre a construção de um futuro com valorização das mulheres negras e suas intersecções:

- Políticas que reflitam a rede de apoio que mulheres, sobretudo negras e mães precisam.
- Cotas para mulheres negras e mães nos órgãos públicos e de empregabilidade.
- Políticas de empregabilidade para mulheres negras e mães.
- Política de valorização da auto estima e saúde mental de mulheres negras.
- Enfrentamento ao racismo institucional
- Políticas antirracistas dentro das casas legislativas e executivas.
- Fortalecimento da ocupação de mulheres negras na política institucional

“Hoje eu acho que não é uma questão da minha vida refletir sobre quem eu vou trazer aqui para dentro. [...] Mas é como eu consigo trazer os meus para estar ocupando, e quando eu consigo trazer os meus... pra pegar desafios que talvez as pessoas acreditem. **Eu não acredito que eu sou capaz de fazer e falar todos os dias. É capaz, isso aqui é pra gente poder fazer, isso aqui é possível.**”

4. RECONHECIMENTO FACIAL E RACISMO ALGORÍTMICO COM

Bruno Sousa



Bruno Sousa é um jovem negro, cria da favela do Jacarezinho, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, pesquisador de tecnologias de reconhecimento facial e co-fundador do LabJaca, um laboratório de dados e narrativas sobre favelas e periferias. Bruno entende que as questões raciais sempre atravessaram a sua vida e percebeu que os dados eram mecanismos importantes para validar as suas falas, principalmente sobre a realidade social de pessoas negras. Com esse entendimento Sousa começa a pesquisar sobre dados e tecnologias de reconhecimento facial dentro da perspectiva da segurança pública, tema que afeta o cotidiano de quem é negro e favelado.

“Mas pra que essas dores que são dores coletivas da gente, que é povo preto também fosse entendida de uma forma que não pudesse ser tão refutada por esse senso comum e essas pessoas que estão no dia a dia só questionando as nossas dores enquanto narrativas, né?” Eu acho que os dados eles vêm meio que para uma credibilidade para um público que ainda desacredita da gente de alguma forma. Sim, é aquela velha máxima, né? Contra fatos, não, é contra dados, não há argumentos e aí pensar em políticas a partir disso.”

Questionado sobre como explicar as tecnologias de reconhecimento facial para leigos no assunto, Bruno explica que esta tecnologia está presente no Brasil há muito tempo e faz parte do nosso dia a dia, desde as câmeras em ônibus para reconhecimento da titularidade dos cartões de gratuidade escolar, universitária, idosos e pcds até as prova de vidas e linhas de aprovação de créditos. E dentro da segurança pública esse sistema funciona como uma forma de policiamento preditivo e que encarcera muitas pessoas.

“Mas o reconhecimento facial é independente de qual campo seja ele funciona de uma forma não é simples mas tentando deixar de uma forma simples. É como se cada pessoa tivesse uma biometria facial própria. Da mesma forma que a gente tem a nossa biometria, o nosso polegar, que é uma coisa única e que ninguém tem, a nossa face ela também é única.”

Então o reconhecimento facial ele basicamente ele traça a distância entre os pontos do seu rosto, testa, nariz, distância dos olhos, da boca, ele traça todos esses e esses pontos do seu rosto e define uma biometria facial própria que só você vai ter na vida. Então é assim que o reconhecimento facial funciona pra conseguir mapear o rosto de todas pessoas, a ponta da sua testa, enfim, todo mundo tem um uma uma biometria facial muito própria, inclusive pessoas que são gêmeas. Eh, nem as pessoas gêmeas fogem disso."

Nós questionamos: Uma cidade com muitas câmeras é uma cidade mais segura?

O pesquisador é categórico em afirmar que não, e ainda cita números obtidos ao longo de um projeto piloto realizado em Copacabana, no Rio onde câmeras de reconhecimento facial foram espalhadas em diversos pontos do bairro, desde as entradas das favelas até o ponto final do ônibus 474, linha que liga os bairros de Copacabana e a favela do Jacaré, e também ao entorno do calçadão e nas áreas comerciais. Os dados levantados mostraram que, em relação ao ano anterior ao projeto, os indicadores de criminalidade aumentaram durante o período de instalação das câmeras no bairro. Ele ainda menciona o grande aparato e custo elevado para a manutenção dessa instalação.

Importante reforçar que o pesquisador não atrela o aumento da criminalidade ao uso das câmeras, mas utiliza como referência para dizer que esta medida não foi capaz de diminuir os índices de criminalidade. Esta análise de causas e efeitos deve ser feita de forma interdisciplinar, levando em conta a conjuntura e dados sociais do momento do país e estado.

"Todo esse aparato, toda essa tecnologia, essas pessoas voltadas especificamente para isso, todos os indicadores aumentaram de um ano pro outro. Eu conseguiria citar vários outros casos a nível nacional aqui também pra Bahia por exemplo, Santa Catarina, **os indicadores também não diminuiram, na verdade a Bahia é o estado que mais prende pessoas com reconhecimento facial e é o estado onde a tecnologia mais avançada onde mais municípios tem**

reconhecimento facial hoje e se a gente olhar o último anuário de segurança pública por exemplo, a Bahia é o estado E continua a ter mais mortes violentas no país e na verdade esses indicadores só crescem. Então é citando tanto índices de mortes violentas como de crimes pequenos como furto aqui no Rio de Janeiro em nenhum dos lugares essa tecnologia de reconhecimento facial diminuiu a criminalidade."

Quais seriam boas propostas de políticas públicas em relação às tecnologias de reconhecimento facial? Bruno responde de forma sucinta: **"O banimento do reconhecimento facial. Simples."**

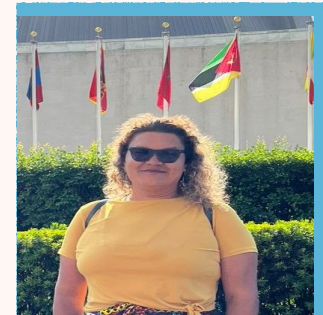
"eu acho que tem tecnologias que precisam ser muito, muito, muito estudadas antes de serem implementadas na população. Só que infelizmente a gente sabe qual é a população que funciona como cobaia para que essas tecnologias sejam implementadas, né?"

Bruno segue na explicação de sua fala e aponta caminhos para soluções.

"e para além da tecnologia na segurança pública em si, eh a gente muitas vezes não sabe quais tipos de banco de dados a gente está alimentando com essa nossa tecnologia, como isso vai ser utilizado, como isso vai ser vendido. No caso do metrô de São Paulo, por exemplo, que várias vezes foi barrado o uso da tecnologia de reconhecimento facial no metrô de São Paulo porque seria utilizado por uma empresa privada, que a gente não tem certeza de como utilizaria esse dados. Porque são dados nossos. Não é porque eu comprei uma passagem para o metrô de São Paulo que eu autorizei que uma empresa capte o meu rosto e coloque isso no banco de dados pra ela. Então eu acho que uma moratória seria um meio termo entre quem quer o banimento e quem quer que a tecnologia seja adaptada e um tempo de estudo muito maior pra que isso fosse aplicado de uma forma minimamente segura e que envolvesse toda uma população diversa para que isso fosse construído de uma

forma justa, mas eu enquanto uma pessoa pessimista e principalmente **enquanto negro brasileiro que não acredita muito na nas coisas que acontecem aqui, eu acho que o banimento seria a melhor solução pro reconhecimento facial em todos os níveis.**"

6. LGBTQUIA+ DE FAVELAS COM GILMARA CUNHA



Gilmara Cunha, mulher transsexual que movimenta a sua vida para garantir direitos para todas e todes. Por isso fundou o Conexão G, um espaço de acolhimento e resistência para LGBTI+ de favela, localizado no Complexo da Maré, zona norte do Rio. A história de vida de Gilmara é uma existência coletiva, nascida em um corpo político, ela transformou o seu cotidiano em uma ação de mobilização por direitos à população LGBTQUIA+, principalmente aquelas que vivem em favelas e periferias.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, pelo 14º ano consecutivo. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, a ANTRA, 131 pessoas, entre trans e travestis, foram mortas em 2022 no Brasil.

Ao mesmo tempo em que vivemos esse cenário tão sangrento e de ódio, cruzamentos de dados da Antra apontam ainda que o Brasil é o país que mais consome pornografia trans nas plataformas de conteúdo adulto. Pensar em políticas públicas de superação da LGBTfobia e na valorização dessa população oriunda de favela é essencial para o avanço do país.

“Porque por mais que tenhamos o movimento de esquerda, naquela época a nossa população ainda não era uma população meio vista. Éramos vistos como pessoas promíscuas. Éramos visto como pessoas que só pensam em sexo. Éramos vistos como pessoas que não querem nada com nada.”

Gilmara aponta para a necessidade de representação favelada dentro do movimento LGBT e cita quais foram as estratégias para construir um coletivo de cidadania LGBT dentro de um dos maiores complexos de favelas do Rio de Janeiro.

“E aí a gente começa a criar esse movimento, né? De interlocução com as próprias travestis no ponto da prostituição aqui da Maré. E começa a fazer o trabalho ali o trabalho social, inconscientemente.

Que aí começa efetivamente surge em dois mil e seis com essa perspectiva. Mas em noventa e nove já estava nesse caminho aí lá fora, o conhecimento. Porque até nisso nos era ceifado, né? **Então existia um movimento LGBT mas era um movimento de classe média. O movimento favelado ainda não existia para a população LGBT como um todo. Então a gente se perguntava: a política é construída mas é construída pra quem? Pra gente é que não era, porque a gente não usufruía.**

A população transsexual sofre com diversos tipos de violências históricas e de processos de invisibilidade, mesmo dentro do movimento LGBT, por isso políticas públicas específicas, que reflitam a realidade de travestis e transexuais é necessário e urgente.

“Enquanto buscava-se o casamento homossexual e a adoção, nós [travestis e transexuais] estávamos buscando a existência, a vida, né?” Esses corpos favelados e periféricos que todos os dias são ceifados e que as pessoas nem se dão conta, né? Que acontece isso e quando a gente fala [respondem] “ah não sabia o que acontecia”. Claro. [porque] Não é uma população que você está se preocupando. É a população que é mais fácil ser descartada, do que propriamente se **perguntar como ela está ou se ela quer um abraço.**

Ao refletir sobre políticas públicas que atendam as demandas das populações LGBTQUIA+ de favela, Gilmara diz:

“né? Então de manhã eu acordo muita das vezes não tem pão. Como vou sobreviver? Né? Porque não tem pão. Isso é vivenciado pela nossa população LGBT. Porque me falta empregabilidade. Porque não tive oportunidade de estar no espaço escolar.”

Ações importantes de serem implementadas nesses territórios e com foco nessas populações:

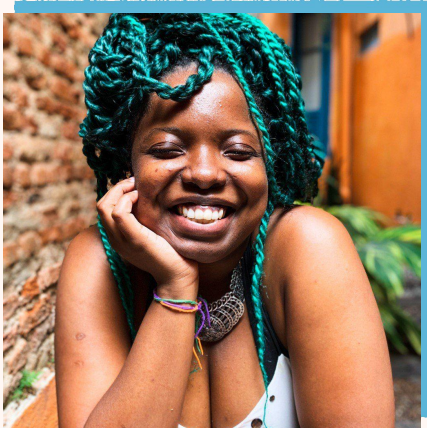
- políticas de empregabilidade.
- políticas de combate à evasão escolar.
- políticas de valorização da saúde mental.
- segurança alimentar.
- Acolhimento a vítimas de violência, com recorte das especificidades de territórios de favelas e periferias.

Questionada sobre como poderia definir travestis e transexuais de favela em uma palavra, se é que é possível, Gilmara afirma:

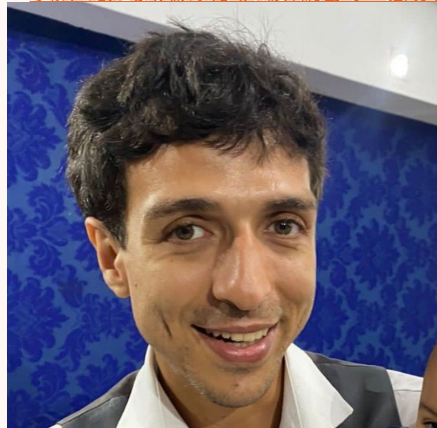
“Coragem é a palavra do dia, é o que a gente tem que ter todos os dias quando se levanta para enfrentar dentro do meu próprio movimento e fora em outros lugares, para que a gente consiga dignidade humana.”

5. PODCAST FAVELIZE-SE AS POLÍTICAS PÚBLICAS

EQUIPE



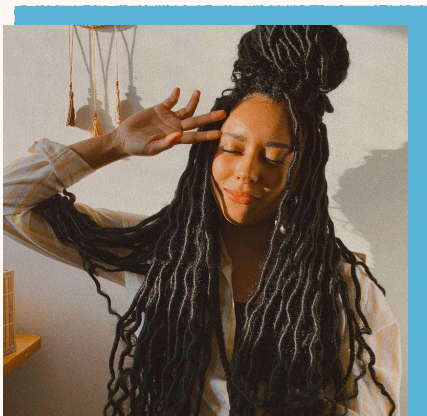
Thamyres Lopes
Jornalista, diretora
e produtora
executiva



Gabriel Melo
Editor e produtor



Jean Claude
Produtor



Gabriela Mendes
Boema Studio
Projeto Gráfico

ENTREVISTADOS:

- Bruno Sousa
- Gilmara Cunha
- Marcele Oliveira
- Wesley Teixeiras
- Vitória Laís
- Jennifer Dias

REALIZAÇÃO

Favelize-se

APOIO Fundo Brasil de Direitos Humanos

Agradecimento Especial ao Núcleo Piratininga de Comunicação

Maio 2023

Esta publicação pode ser reproduzida livremente por quaisquer meios, para fins educacionais, de ativismo e de campanhas, não podendo ser comercializada.